NEWSLETTER

EDIÇÃO DE DEZEMBRO

SUMÁRIO

NOTÍCIAS 2024

ACTIVIDADE NORMATIVA E JURISPRUDENCIAL 2024

RETROSPECTIVA DA RUBRICA JURÍDICA E ARTIGOS DE OPINIÃO

GLOSSÁRIO JURÍDICO

NOTA DE ABERTURA

Como tem sido apanágio, em Dezembro, trazemos a retrospectiva dos principais assuntos tratados ao longo de 2024. Este ano não será diferente e vamos mais uma vez fazer este exercício, recordando os principais temas e momentos abordados na *Newsletter* do Tribunal Constitucional, durante o ano que está prestes a terminar.

Em 2025, ano em que Angola celebrará 50 anos de Independência, estaremos de volta sempre focados e firmes na confiança de levar até aos nossos leitores toda a informação necessária para que se possa conhecer cada vez mais o trabalho desta Corte Superior.

Desejamos a todos um *Bom Natal e um Próspero Ano Novo.*

Boas Festas e Feliz Natal

Ouse ser feliz servindo o Próximo
"Quia tu es instrumentum pacis"
(porque tu és instrumento de paz)

NOTÍCIAS 2024

Durante o presente ano foram publicadas várias notícias relacionadas com actividades realizadas por responsáveis do Tribunal Constitucional.

JANEIRO

Representante residente do Programa das Nações Unidas em Angola (PNUD), **Denise António**, recebida em audiência.

16.ª Sessão da Conferência das Jurisdições Constitucionais Africanas (CJCA) decorrida em Rabat - Reino de Marrocos

FEVEREIRO

Efemérides realizadas para assinalar os 14 Anos da Constituição da República de Angola

FEVEREIRO (cont.)

Constitucionalista e Académico português, **Jorge Bacelar Gouveia**, recebido no Tribunal Constitucional de Angola

MARÇO

Jovens da Associação Angolana de Pessoas Autistas e outros Transtornos de Desenvolvimento (APEGADA) conheceram o Tribunal Constitucional

"A visão e o Papel da Constituição da República sobre a Defesa e Segurança Nacional na Perspectiva do Género" - II Curso de Defesa e Segurança

ABRIL

Visita de Estudantes do curso de Direito e de Relações Internacionais do ISPOCAB

MAIO

Enconto da Comunidade de Juristas de Angola (COJUA) com a Juíza Conselheira Presidente do Tribunal Constitucional

JUNHO

10.º Congresso Internacional de Direito da Lusofonia ocorrido em Braga - Portugal

Designação do novo representante do Ministério Público junto do Tribunal Constitucional, João Simão Chapópia Leonardo

A Associação de Cegos e Amblíopes de Angola - ANCAA - recebida no Tribunal Constitucional

JUNHO

3.ª Edição do ONDJANGO DA CONSTITUIÇÃO

Comemorações alusivas ao Dia Internacional da Criança

16 anos de institucionalização do Tribunal Constitucional - Feira do Livro

Apresentação do N.º 2 da Revista Científica Anual "A Guardiã"

JULHO

Fórum Regional de Juízes Africanos Anglófono, Francófono e Lusófono - África do Sul

Académicos de Macau em visita ao Tribunal Constitucional

VI Assembleia da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa (CJCPLP) - Moçambique

Programa de Estágio do Tribunal Constitucional - Treinamento sobre Direito do Processo Constitucional

AGOSTO

Audiência com a PCA da Caixa de Previdência da Justiça (CPJ), Amor de Fátima Mateus Silva

SETEMBRO

Visita da Delegação da Procuradoria-Geral da República de Moçambique

OUTUBRO

Tribunal Constitucional admite Novo Partido Político - PRA-JA SERVIR ANGOLA

SERVIR ANGOLA

José Norberto Carrilho, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo da República de Moçambique visita o Tribunal Constitucional

VII Congresso da Conferência das Jurisdições Constitucionais Africanas (CJCA) Victoria Falls - República do Zimbabwe

Actividade Normativa e Jurisprudencial 2024 (Janeiro a Dezembro)

Durante o ano de 2024, a nível da Actividade Normativa Jurisprudencial, o Plenário do Tribunal Constitucional realizou 17 Sessões Plenárias, sendo oito (8) sessões ordinárias, e nove (9) sessões extraordinárias.

Destas sessões foram produzidos **87 Acórdãos**, destacando-se os **Acórdãos de Fiscalização Abstrata Sucessiva, Acórdãos de Recurso Extraordinário de Inconstitucionalidade, Recurso Ordinário de Inconstitucionalidade e Processos Relativos a Partidos Políticos e Coligações.**

Janeiro

Acórdão: 871/2024

Acórdão: 871/2024

Fevereiro

Acórdão: 873/2024

Acórdão: 874/2024

Março

Acórdão: 875/2024

Acórdão: 876/2024

Acórdão: 877/2024

Acórdão: 878/2024

Acórdão: 871-A/2024

Acórdão: 879/2024

Acórdão: 880/2024

Abril

Acórdão: 881/2024

Acórdão: 882/2024

Acórdão: 883/2024

Acórdão: 884/2024

Maio

Acórdão: 852-A/2024

Acórdão: 885/2024

Acórdão: 886/2024

Acórdão: 887/2024

Acórdão: 888/2024

Acórdão: 889/2024

Acórdão: 890/2024

Junho

Acórdão: 863-A/2024

Acórdão: 891/2024

Acórdão: 892/2024

Acórdão: 893/2024

Acórdão: 894/2024

Acórdão: 895/2024

Acórdão: 896/2024 (2.ª CÂMARA)

Acórdão: 897/2024 (1.ª CÂMARA)

Julho

Acórdão: 898/2024

Acórdão: 899/2024

Acórdão: 900/2024

Acórdão: 901/2024 (2.ª CÂMARA)

Acórdão: 902/2024 (2.ª CÂMARA)

Agosto

Acórdão: 882-A/2024

Acórdão: 903/2024

Acórdão: 904/2024

Acórdão: 905/2024

Acórdão: 906/2024

Acórdão: 907/2024

Setembro

Acórdão: 908/2024

Acórdão: 909/2024

Outubro

Acórdão: 906-A/2024

Acórdão: 910/2024

Acórdão: 911/2024

Acórdão: 912/2024

Acórdão: 913/2024

Acórdão: 914/2024

Acórdão: 915/2024

Acórdão: 916/2024

Acórdão: 917/2024

Acórdão: 918/2024

Acórdão: 919/2024

Acórdão: 920/2024

Acórdão: 921/2024

Novembro

Acórdão: 922/2024

Acórdão: 923/2024

Novembro (Cont.)

Acórdão: 924/2024

Acórdão: 925/2024

Acórdão: 926/2024

Acórdão: 927/2024

Acórdão: 928/2024

Acórdão: 929/2024

Acórdão: 930/2024

Acórdão: 931/2024

Dezembro

Acórdão: 932/2024

Acórdão: 933/2024

Acórdão: 934/2024

Acórdão: 935/2024

Acórdão: 936/2024

Acórdão: 937/2024

Acórdão: 938/2024

Acórdão: 939/2024

Acórdão: 940/2024

Acórdão: 941/2024

Acórdão: 942/2024

Acórdão: 902-A/2024 (2.ª CÂMARA)

Acórdão: 943-A/2024 (1.ª CÂMARA)

Acórdão: 944-A/2024

Pensamento Jurídico

Quem decide um caso sem ouvir a outra parte não pode ser considerado justo, ainda que decida com justiça

Séneca
Filósofo e Orador Romano
(4 a.C.-65 d.)

Retrospectiva dos Artigos de Opinião

Durante o ano de 2024
foram publicados 10 Artigos de Opinião.

Janeiro

Título: A dignidade da pessoa humana, como valor intrínseco ao ser humano – Princípio *Movetur* da ordem jurídica angolana – 1.ª Parte.

Autor: *Hanguima Saprinho*
Assessor do Gabinete de Assessoria Técnica e de Jurisprudência do Tribunal Constitucional

Fevereiro

Título: A dignidade da pessoa humana, como valor intrínseco ao ser humano – Princípio *Movetur* da ordem jurídica angolana – 2.ª Parte.

Autor: *Hanguima Saprinho*
Assessor do Gabinete de Assessoria Técnica e de Jurisprudência do Tribunal Constitucional

Abril

Título: O Princípio do Acesso ao Direito e à Tutela jurisdicional efectiva vs Esgotamento Prévio da Cadeia Recursória – 1.ª Parte.

Autor: *Hanguima Saprinho*
Assessor do Gabinete de Assessoria Técnica e de Jurisprudência do Tribunal Constitucional

Maio

Título: O Princípio do Acesso ao Direito e à Tutela jurisdicional efectiva vs Esgotamento Prévio da Cadeia Recursória- 2.ª Parte.

Autor: *Hanguima Saprinho*
Assessor do Gabinete de Assessoria Técnica e de Jurisprudência do Tribunal Constitucional

Junho

Título: O Instituto da Perda de Bens, à Luz da Jurisprudência do Tribunal Constitucional: Acórdão N.º 896/2024, de 20 de Junho.

Autor: *Maira dos Santos*
Assessora do Tribunal Constitucional de Angola

Julho

Título: - Crowdstrike: Quando a Disrupção Alargada nos Faz Questionar Sobre a Importância das Nossas Decisões Tecnológicas.

Autor: *Patrício Correia*
Assessor do Gabinete de Informática e Tecnologias de Informação do Tribunal Constitucional

Agosto

Título: Relevância Jurídica da Procedência do Requerimento de Desistência em face da Salvaguarda do Superior Interesse dos Menores em Condição de Abuso.

Autor: *Joice Naulila*
Assessora de Juiz Conselheiro no Tribunal Constitucional de Angola.

Setembro

Título: Efeitos da Decisão do Tribunal Constitucional em Fiscalização Concreta- 2.ª Parte.

Autor: *Adozindo da Conceição*
Assessor da Juíza Conselheira Presidente do Tribunal Constitucional

Outubro

Título: Da Estrita Legalidade ao Paradigma do Consenso – Considerações acerca da Evolução Recente do Ordenamento Juspenal em Angola.

Autor: *Hermínio Rodrigues*
Assessor do Gabinete de Assessoria Técnica e de Jurisprudencial do Tribunal Constitucional

Novembro

Título: A Dimensão Constitucional do Direito à Educação: Por um Ensino Universal e Inclusivo

Autor: *Celmira Matana*
Assessora de Juiz Conselheiro no Tribunal Constitucional

Glossário Jurídico

Legislado

Transformado em lei.

Legislador

Que legisla ou pertence a um órgão legislativo.

Legislar

Ordenar por lei; estabelecer, decretar, criar normas.

Legislativo

Referente ao poder de legislar ou à legislação.

Legislatório

Que tem força de lei.

Legislatura

Período regular no qual se realizam as sessões no parlamento; mandato dos deputados.

Legislável

O que pode ser legislado, isto é, transformado em lei.

FICHA TÉCNICA

Número 33 (Edição de Dezembro)
Periocidade: Mensal
Coordenação: Aida Gonçalves
e Sérgio Conceição
Propriedade: Tribunal Constitucional
Distribuição: Digital

https://tribunalconstitucional.ao
Cidade Alta - Bairro do Saneamento
Rua 17 de Setembro (Pisos 7.º, 8.º e 9.º)
Palácio da Justiça, Luanda - Angol